

LEITURAS SOCIOLÓGICAS DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DASESCOLAS DE REDE PÚBLICA NO MACIÇO DE BATURITÉ

João Manuel Muhanda¹

Segone Ndangalila Cossa²

RESUMO

O presente trabalho se sustenta nas experiências vividas dos estágios na prefeitura municipal e da secretaria da educação em Redenção vinculada ao programa de educação inclusiva, bem como o último estágio obrigatório do curso de Sociologia na UNILAB. Tensionando a partir do olhar da Sociologia da infância, este artigo busca compreender as formas socioeducacionais que afetam a vida dos indivíduos no período da infância, e também como a presença da educação escolar contribui nesse processo partindo da creche, passando para o ensino fundamental e como se estabelece na adolescência. Ademais trago experiências enquanto estagiário e professor auxiliar de alunos especiais em uma das escolas do Centro de Educação Infantil em Redenção-CE

PALAVRAS CHAVE: sociologia da infância, projeto político pedagógico educação e criança (educação nas CEI)

ABSTRACT:

This work is based on the experiences of internships at the city hall and the education department in Redenção linked to the inclusive education program, as well as the last mandatory internship of the Sociology course at UNILAB. Tensing from the perspective of the Sociology of childhood, this article seeks to understand the socio-educational forms that affect the lives of individuals during childhood, and also how the presence of school education contributes to this process, starting from daycare, moving on to elementary school and how establishes itself in adolescence. Furthermore, I bring experiences as an intern and assistant teacher for special students in one of the schools at the Early Childhood Education Center in Redenção-CE.

KEYWORDS: sociology of childhood, political pedagogical project education and children (education in the CIS)

¹ Discente do curso de Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

² Orientador. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como pano de fundo compreender a partir da sociologia da infância os projetos políticos pedagógicos das escolas infantis públicas do Maciço de Baturité. Deste modo, o processo socioeducacional na infância se destaca como o objeto de estudo. Para algumas crianças a creche deve ser o primeiro lugar de socialização para além do processo ensino e aprendizagem.

“Os estudos sociológicos da Infância ou Sociologia da Infância tiveram origens muito dispersas, mas surgiram em decorrência de reflexões postas pelos direitos das crianças, em especial pelos direitos de proteção e provisão.” (ABRAMOWICZ, & MORUZZI, 2016, p.04).

Na perspectiva das autoras, a origem da sociologia da infância nasce de uma forma pouco estruturada e sistematizada, ou seja, surge em decorrência de problemas que afetavam diretamente a criança. A pobreza, violência, racismo, são alguns dos muitos fatores que afetam as infâncias. Do ponto de vista metodológico, em concordância com o trabalho foi necessária a pesquisa bibliográfica documental, em que precisou fazer leituras em documentos, artigos, tese e livros. Sendo assim, a observação serviu-se de alavanca de ações referente à problemática do tema que apresenta uma abordagem descritiva e crítico-reflexiva. “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade.” (MARCONI e LAKATOS, 1990, p.84). Para “tem relações com o seu objeto e campo que transcendem o interesse científico: há um sentimento de pertença que resulta dos afetos e demais formas de sociabilidades desenvolvidas e do conhecimento quase intuitivo das práticas e rotinas.” (CONCEIÇÃO, 2016, p.02).

Para Rodrigues e Muanis (2020) na atualidade o índice de crianças tem crescido consideravelmente, ocupando as escolas para o aprendizado “apesar do crescimento das taxas de escolarização na EI registrado no Brasil nos últimos anos, o segmento ainda permanece afastado do debate nas áreas de sociologia e antropologia da educação.” (Rodrigues & Muanis, 2020, p.03).

Nota-se que no território existe uma necessidade de contextualizar a educação na infância analisada no campo das humanidades. Por mais que exista um crescimento considerável no que diz respeito à escolarização na Educação Infantil, ainda é pouco trabalhada na sociologia a temática vinculada à refletividade da educação de crianças.

As autoras supracitadas mencionam que era necessário a aprovação de uma lei que oportuniza-se a participação de crianças em meios que se debruçassem sobre suas vidas e

destinos. “A Declaração dos direitos das crianças deu sustentação para a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, de 1989. O avanço deste último documento em relação ao primeiro está na inserção de mais um direito da criança: o direito à participação.” (ABRAMOWICZ, & MORUZZI, 2016, p.03).

As autoras abordam a infância na modernidade apresentando várias e novas nuances em comparação a concepção que se teve na antiguidade. Ainda de acordo com as autoras, atualmente as crianças podem ser protagonistas e com o apoio da ONU com a declaração dos direitos da criança se percebe o direito à participação social. Ao passo em que há uma contra narrativa que contempla a generalização das crianças nas escolas independente de suas condições estruturais nas famílias. “No Brasil, um combate à pobreza, na medida em que incorpora outras crianças, mesmo que em pequena porcentagem, àquelas já não estavam no sistema escolar.” (ABRAMOWICZ, 2006, p.03). Nesta vertente quando se trata de combate à pobreza sempre irá gerar impactos em algumas crianças, principalmente quando os pais recebem abaixo do salário mínimo.

Do ponto de vista estatístico apresentado pelos autores VIDAL e MENEGHEL (2014) descrevem que nos anos de 2000 a 2010, percebe-se uma taxa decrescente na educação em todos os municípios da região do maciço de Baturité na ordem de 7.74%, em que no qual os mais afetados eram crianças e adolescentes. A possibilidade era de organizar os alunos em série e suas respectivas idades ou faixa-etária.

Cabe notar que 13 municípios mostram decréscimo nas taxas de escolarização líquida, com variações de 1,6% a 29,7%. Este dado nos leva, mais uma vez, a indagar se o pleno atendimento às crianças de 6 a 14 anos de fato ocorre nestas localidades. (VIDAL e MENEGHEL, 2014, p.13).

Mas vale realçar que os municípios de Aratuba e Guaramiranga eram os únicos que apresentaram uma taxa líquida considerável correspondente a 79,8% a 92,0 %. Assim sendo, os autores apontam alguns desafios que contribuíram no baixo nível da estrutura das escolas, não existia uma de infraestrutura escolar adequada que comportasse ou correspondesse ao número de alunos, o que gerou excesso de lotação nas salas de aulas.

O maciço de Baturité é uma região composta por alguns municípios dentro do Estado do Ceará e para uma referência descritiva sobre a geografia do espaço em questão.

O território do Maciço de Baturité, objeto deste estudo, ocupa uma área de 4.820 Km² e do ponto de vista do planejamento macrorregional abrange treze municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, e Redenção. Para efeito deste trabalho foram incluídos outros dois: Guaiuba e Caridade, ambos filiados à Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB). (VIDAL, & MENEGHEL, 2014, p.02)

Nas práticas pedagógicas as contribuições discursivas por parte dos professores para o andamento do ensino escolar de maneira à alcançar os alunos na aprendizagem, e na própria transmissão do conteúdo é fundamental. O exercício pedagógico no território é necessário “na prática pedagógica dos professores resultem em melhoria das aprendizagens de seus alunos e, conseqüentemente, dos baixos índices de aprendizagem dos conteúdos básicos da educação escolar não têm sido suficientes para o alcance de tal intento no cenário brasileiro.” (DIAS & SOUZA, 2017, p.02) .

Assim sendo, com métodos que não se limitam a padronização em ensinar o conteúdo, mas que sim, é no processo de ensino em que o aluno poderá ter a corresponder o conteúdo. Neste caso a educação básica por ser um dos primeiros momentos em que as crianças têm o contato com o conteúdo específico exigirá muito do professor traçar novos caminhos de possibilidade de práticas pedagógicas. As autoras abordam a possibilidade do aumento do método de ensinar na educação básica, principalmente no Brasil.

No Brasil, ha a compreensão e a confiança que os pais apresentam sobre as escolas, para que os filhos tivessem uma trajetória na formação da educação infantil. Deste modo, para as autoras “os responsáveis acentuam o caráter formativo da EI pois decidem matricular seus filhos com o desejo de que iniciem a convivência social com outras crianças, aprendam a reconhecer letrase escrever seus nomes.” (Rodrigues & Muanis, 2020, p.09).

Com isso existe algumas responsabilidades e exigências por parte das famílias, mas de acordo com as autoras, as famílias ficam surpresas quando uma criança tem autonomia na escola, isso acaba conseqüentemente sendo uma conquista no seio familiar. Tais como em realizar coisas que para os adultos seria impossível de ser realizado por conta da idade da criança, porém ao mesmo tempo percebem o desenvolvimento da mesma por meio da educação infantil e a socialização delas através do meio escolar . Assim sendo, algumas crianças de menor idade tem muita autonomia em algumas atividades, como se alimentar sozinho, saber realizar mesmo com dificuldade a higiene pessoal.

As fases do desenvolvimento humano são de grande importância, especificamente no que diz respeito a fase infantil, onde há o aperfeiçoamento das crinaças no espaço escolar.

O desenvolvimento da aprendizagem está diretamente ligado aos estímulos que o ambiente oferece e como o organismo se adapta aos mesmos, gerando assim mudanças que acarretam em desenvolvimento e conseqüentemente em aprendizagens, passando por fases de maturação no decorrer da vida. (SCHIRMANN, 2019, p.02).

Na perspectiva de SCHIRMANN (2019) existem elementos intrínsecos entre o desenvolvimento da aprendizagem e a adaptação do organismo do ser humano para poder

memorizar o que é ensinado e de forma gradual da infância à vida adulta o processo de ensino e aprendizagem estará em uma fase de maturidade. Nesta linha de reflexão da busca de compreender a criança na visão dos adultos QVORTRUP (2010), diz sobre a importância do desenvolvimento da criança “a verdade é que o estudo das inter-relações entre gerações enquanto categorias estruturais será indispensável para que possamos prever e possivelmente melhorar o futuro da infância” (QVORTRUP, 2010, p.12). Ao passo que para SILVA (2018), o objetivo o ensino e aprendizagem deve ser “alcançado pelos professores dentro do processo de ensino – aprendizagem, sendo uma alternativa para mudar metodologias tradicionais para metodologias construtivistas, com a finalidade de que o conhecimento deixede ser mecânico” (SILVA, 2018, p.03)

Na perspectiva dos autores Santiago e Faria (2015)

O adultocentrismo é um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultas no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância, tornando esse momento da vida apenas uma passagem, apenas um vir a ser, em que aprendemos a nos relacionar e a nos integrar à sociedade. (...) A infância, na perspectiva adultocêntrica, é somente um período de transição e de aquisição dos elementos simbólicos presentes na sociedade, tendo a criança, assim, uma condição de ser menor, ser inferior, lugar que lhe é dado pelo grupo dominante correspondente: os adultos e as adultas. (SANTIAGO E FARIA, 2015, p.73)

É necessário a compreensão sobre as infâncias a partir de outro olhar, de reinterpretar as infâncias sobre uma perspectiva além do adultocentrismo, visando a autonomia infantil, percebendo esse processo como único e necessário para o desenvolvimento humano. “A Sociologia da Infância em Portugal nasceu, de algum modo, da confluência dos estudos educacionais, com estudos sociológicos no âmbito da família e das ciências da comunicação.” Ao passo que na perspectiva de DELGADO & MULLER (2006), tanto as famílias e as ciência da comunicação tiveram um forte impacto na gênese da sociologia da Infância. isso aconteceu numa fase em que a Sociologia da Educação já não apresentava meios para atender essa ramificação da sociologia. Assim sendo, de acordo com PINHEIRO (2010), que compreendeu as relações escolar na Educação Infantil no dia dia descreveu:

Os conhecimentos sobre “as relações educativas no cotidiano escolar, mapeamento da realidade escolar”; docência da Educação Infantil, “especificidade do trabalho pedagógico na educação infantil, observação, participação e planejamento de ações a serem desenvolvidas com crianças de 0 a 5 anos. (PINHEIRO, 2010, p.140)

Na perspectiva da autora CHAGAS (2011) no contexto do Brasil de acordo com a lei, as crianças passam pela creche e posteriormente o Ensino Fundamental “a Educação

Infantil passa a fazer parte do sistema regular de ensino, garantindo a sua gratuidade, normatização e fiscalização. A LDB passou a exigir, ainda, que os profissionais de Educação Infantil tenham formação de nível superior.” (CHAGAS, 2011, p.73). Nesse caso a realidade é que nem sempre os professores das escolas infantis possuem a graduação específica.

Para o ano letivo existe um condicionamento no aluno ser ou não deferido “O deferimento de pedidos judiciais, obrigando a matrícula, acentua a situação deficitária de toda a estrutura educacional infantil e não assegura o atendimento adequado das crianças.” SILVA & LUIZ, 2020, p.09). A via para solucionar a vaga de matrícula é a instância judicial.

Até o final dos anos de 1960, tanto os países desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos seguiam dois modelos institucionais, prioritariamente, sendo as creches destinadas exclusiva ou principalmente às crianças pobres, e os jardins de infância não destinados especialmente a estas. Havia uma segregação social e política, dependendo da classe econômica das pessoas. (SOUSA & PEDROZA, 2014, p.09).

Deste modo as autoras afirmam a segregação das creches tem desde o fim no ano de 1970 a partir de políticas educacionais. Com essa mudança de paradigma o acesso aos lugares negados aos negros e pobres em que o sistema educacional estava voltada a deficiência de comunicação entre as crianças dos centros urbanos e as crianças das zonas periféricas à cidade, gerando dificuldades na cultura infantil. Deste modo a perspectiva CURY & FERREIRA (2010), era de que a educação deveria ser uma necessidade humana “a educação é um direito de todos somente pode ser entendida dentro do contexto atual, não mais como um enunciado de baixa efetividade social e jurídica, mas como uma regra que garanta, concretamente, escola para todos.” (CURY & FERREIRA, 2010, p.12).

Assim sendo, não deixa de ser uma necessidade de protagonismo na infância, as crianças se sentem parte dos ambientes de modo a se socializar se e de certo modo criar possibilidade de se desenvolver no ensino e aprendizagem fazem parte o cerne da BNCC. Tal como afirma COSTA (2028), “A BNCC propõe como eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica, as interações e a brincadeira, o que, histórica e filosoficamente, é considerado uma grande conquista” (COSTA, 2018, p.43). Deste modo a infância se destaca no contexto de tempo e lugar, ou seja, por meio de novas experiências para a infância.

A história do surgimento das creches no Brasil, teve também marcos de resistência no qual alguma parte da população eram-lhes negado o direito à educação às crianças negras. De acordo com ROSEMBERG (1984), reivindicar o acesso as creches naquele contexto foi

um imperativo. Assim a mesma autora afirma o seguinte, "por insistirem na luta em torno das discriminações de gênero, encamparam a luta por creche, que é ao mesmo tempo uma reivindicação popular, que corresponde ao anseio das mulheres de baixa renda e que permite a crítica ao papel tradicional." (ROSEMBERG, 1984, p.05). Ao passo que a presença de feministas e de mulheres negras que procuravam reivindicar o direito à educação de seus filhos foi bastante significativa. Assim sendo, "grande parte das creches, eram as militantes/mulheres que trabalhavam, sem formação profissional, como mão de obra barata e com jornadas de trabalho em condições penosas." (TORRES, 2021, p.22). Neste sentido percebe-se que algumas mulheres mesmo sem o reconhecimento de uma formação profissional no que concerne a educação procuravam meios para disciplinar as crianças.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil e a proposta do poder militar nas escolas públicas “nesse contexto de transferência de responsabilidades da educação pública, gratuita, laica, e sobretudo autônoma, quando se faz uma intervenção por meio de órgãos militares atingindo os próprios princípios constitucionais que garantem a liberdade democrática” (RIBEIRO, 2019, p.09) o mesmo poder militarizado favorece a exclusão de alguns alunos era nítido na forma de atuação, nessas escolas militares a prioridade de vaga era de filhos de pais militares e os alunos são todos uniformizados.

Na perspectiva SILVA (2014), “desde o início da década de 1990, inúmeros cientistas sociaístêm apontado e analisado algumas transformações nos processos de socialização dos atores sociais ocorridos no interior das instituições de ensino.” (SILVA, 2014, p.09) assim sendo, vários pesquisadores procuram analisar a socialização no espaço de ensino. Neste sentido, na perspectiva de SETTON & BOZZETTO (2020), a “socialização é um operador analítico quedá conta da produção, difusão e reprodução, permitindo observar a gênese das formas de compreender o mundo, os habitus individuais e grupais.”(SETTON & BOZZETTO, 2020, p.03).

Na medida em que o indivíduo se socializa, a socialização se centraliza nas relações estruturais entre o indivíduo e coletivo que é capaz de gerar uma identidade estrutural sociável. A escola tem um papel fundamental na socialização contextualizado na contemporaneidade percebe se um avanço significativo no que tange a Educação Infantil “deixou de ser espaço privilegiado da classe média e da população branca e se popularizou, à medida que avançavam as políticas públicas de Educação Infantil, as quais tiveram como elo propulsor a luta das mulheres em prol das creches e pré-escola” (GOMES, 2019, p.18).

2.1 Sociologia da Infância

Do ponto de vista sociológico, existe uma carência de debates sobre a concepção de protagonismo infantil, ou seja, a infância é uma faixa etária no qual a criança se encontra em processo de evolução. Sendo assim, na perspectiva de ROLIM & GUERRA (2008), “Vygotsky, ao longo de sua obra, discute aspectos da infância, destacando-se suas contribuições acerca do papel que o brinquedo desempenha, fazendo referência a sua capacidade de estruturar o funcionamento psíquico da criança.” (ROLIM & GUERRA, 2008, p.01). As crianças para que desenvolvam as suas habilidades motoras e psíquicas precisam de brincadeiras que os estimule a prática de jogos por exemplo com finalidade pedagógica. É

a partir de um brinquedo que a criança começa a compreender a sociedade.

Deste modo, a partir de um dado objeto e nas brincadeiras que a criança conseguirá atribuir nome às coisas. A criança ainda não apresenta certa clareza do mundo real, porém o primeiro contato são os brinquedos e na medida que vai crescendo se depara com o mundo real. As realidades culturais e o modo de socializar se não podem ser compreendidas de forma homogênea. Na perspectiva de MONTANDON (2001), a Sociologia da infância em termos teórico mesmo em menor proporção de discussão sobre a infância mas, são os sociólogos que atuam no campo da infância, tal como o autor narra ser um paradoxo na compreensão de tal problemática, “são os mesmos sociólogos que estudaram de perto as crianças e se declararam insatisfeitos com as teorias da socialização que durante muito tempo conceituaram as crianças como objetos da ação dos adultos.” (MONTANDON, 2001, p.11). Desta feita, o conceito de socialização é a via necessária para compreensão da educação na infância. Segundo GRIGOROWITSCHS (2008):

Os processos de socialização envolvem um ser humano individual (todo um espectro de experiências, posicionamentos, saberes, estruturas emocionais, capacidades cognitivas); suas interações, comunicações e atividades no meio social em que vive (relações familiares, escolares, interações com outras crianças, meios de comunicação de massa, religião etc.); bem como as distinções sociais que podem se manifestar em todas essas relações (sua pertença racial, de gênero, de estratificação social etc.). (GRIGOROWITSCHS, 2008, p.05)

A socialização do ponto de vista conceitual, MOLLO-BOUVIER (2005), diz que existe uma desvalorização ao ponto de alguns autores acabam por associar a socialização da integração. MOLLO-BOUVIER (2005), “a socialização compõe-se de dessocializações e ressocializações sucessivas. Ela é a conquista nunca alcançada de um equilíbrio cuja precariedade garante o dinamismo.” (MOLLO-BOUVIER, 2005, p.03). Ao passo que o processo de socialização para GRIGOROWITSCHS (2008), “os processos de socialização podem ser compreendidos como um compêndio de interações entre seres humanos, das quais estes participam ativamente e assim tornam-se membros de determinada sociedade e cultura.” (GRIGOROWITSCHS, 2008, p.08). Deste modo, a integração é algo inerente aos humanos, porém a socialização por vezes passa por uma educação.

Na perspectiva de MONTANDON (2001), a infância é analisada como grupo social é compreendida como categoria social MONTANDON (2001), “a infância é considerada como uma categoria social que constitui um objeto sociológico em si.” (MONTANDON, 2001, p.16). Quando se trata de socialização infantil e os adultos elas diferem em alguns aspectos. Segundo GRIGOROWITSCHS (2008):

As divergências entre os processos de socialização infantil e os processos de

socialização na vida adulta ocorrem apenas no que se refere às formas de interagir, mas não no próprio ato de interagir. Isso faz com que, por um lado, os processos de socialização infantil tenham uma especificidade, mas, por outro lado, isso define os seus limites, pois, vistos de uma perspectiva mais ampla, pode-se considerar que tanto adultos como crianças participam de interações; e o interagir é o que define o socializar-se.” (GRIGOROWITSCHS, 2008, p.05).

Neste caso, a forma de interação, por mais que exista uma peculiaridade na infância, percebe-se que a interação social é necessária a todas as idades.

2.2 Projeto Político Pedagógico

Políticas Educacionais no setor público é importante para possibilitar sobretudo a população com uma economia bastante limitante. Na perspectiva de PENTEADO & GUZZO (2010, p.02) “o contexto histórico da educação em nosso país sempre apresentou objetivos ideológicos e políticos, pois sua expansão esteve aliada à disputa pelo poder e controle da formação do homem e da sociedade desejados.” A educação no Brasil está intrinsecamente associada com a ideia dos fazedores da política, deste modo se julgava a privatização da educação para potencializar o capitalismo na sociedade, porém educação é parte das políticas públicas.

De acordo com BAUER (2019), o impacto do desenvolvimento educacional no país é um fato a ser considerado “desde o último quartil do século XX tem-se observado, no Brasil, o desenvolvimento e a expansão de avaliações externas de redes de ensino não somente no âmbito federal, mas também nas esferas estaduais e municipais.” (BAUER, 2019, p.02). Assim sendo a educação precisou ser avaliada, no qual foi necessário saber o que poderia ser mudado para que se tivesse um certo avanço na questão administrativa, na gestão. Nota-se que educação no Brasil é processual, com indicadores de melhoria em relação mas que atravessa problemas mas que não faz parte do contexto atual. Ao passo que os autores BAUER & ALAVARSE (2015), vão dizer que refutam quando não há evolução no sistema educacional.

Certamente não respondidas pelo discurso da “autonomia da escola”. Se aceitarmos esse argumento estamos fazendo vistas grossas às desigualdades já existentes. Ou seja, as experiências escolares progressas da população são diferenciadas, de modo que aquelas que tiveram menos ou nenhuma experiência anterior com a escola (em geral a parcela mais pobre e discriminada da sociedade) têm menos condições de formular uma crítica que induza a escola a melhorar. Ao contrário, as evidências indicam que essas populações tendem a ver a escola mais positivamente, afinal, qualquer escola é melhor que nenhuma. (BAUER & ALAVARSE, 2015, p.13)

Deste modo, a formação educacional é a condição para aqueles que vivem em

condições de não serem reconhecidos em ambiente social. Então a questão da desigualdade social é uma realidade a ser destacada nas políticas públicas no sistema educacional para que se tenha um avanço do ponto de vista estratégico à mudanças, por isso, o financiamento à escola é um fator indispensável caso contrário a instituição não tem como se manter, “o contexto socioeconômico das escolas é o fator mais importante para análise de resultados educacionais.” (ALVES & SOARES, 2013, p.07) Ao passo que o capitalismo não devia ser o elemento central da educação, mas sim, os agentes atuantes do espaço escolar, focando nos sujeitos que compõe a estrutura escolar, como os professores, administrativos e gestores constituiria desenvolvimento dos alunos. Deste modo segundo FREITAS (2002):

“As dificuldades para a melhoria da qualidade na escola advêm da própria concepção de escola que se tem e de como se concebe a possibilidade de aumentar essa qualidade atualmente: por adição de controle sobre a escola (especialistas supervisionando professores, controle do currículo, avaliação interna e externa) e por adição de tecnologia (treinamento, equipamentos, infraestrutura etc.). Esta é a forma mais “avançada” pela qual o capitalismo consegue imaginar a “escola de qualidade”. Ela é herdeira de como ele vê a melhoria nas outras instituições sociais, em especial nas empresas – troca da base tecnológica e da forma de gestão da força de trabalho.” (FREITAS, 2002, p. 04).

Deste modo analisar o sistema de educação de qualidade em um país democrático, onde o Estado é o responsável em viabilizar as condições de melhorias tal como nos afirma CORRÊA (2003, p.10), na “perspectiva democrática a primeira idéia acerca da qualidade da educação que vem à mente, diz respeito ao seu oferecimento, por parte do Estado, ou seja, a primeira questão refere-se necessariamente à idéia de quantidade.” Diante dos problemas, o Estado de certa forma não dá conta da educação. De acordo com CAMPOS & FÜLLGRAF (2006, p.03), “A preocupação com a baixa qualidade do atendimento foi crescendo à medida que surgiram os primeiros estudos sobre as condições de funcionamento dessas instituições, principalmente creches vinculadas aos órgãos de bem-estar social.”. A falta de formação profissional e a organização do do projeto político pedagógico apresentou obstáculos aos alunos de alguns anos anteriores. Para isso, o Ideb, é o órgão responsável para analisar e avaliar as situações de baixo ou alto rendimento na educação básica no Brasil.

Deste modo, analisam o processo de ensino e aprendizagem e gestão escolar na perspectiva do autor, ainda assim, os elementos centrais para o sistema educacional, como forma de resolução de problemas são as cargas horárias e a falta de professores. “o Ideb de uma escola ou de uma rede de ensino é definido como o produto de um indicador de desempenho, tomado como o nível médio da proficiência dos alunos da escola ou sistema, obtido na Prova Brasil, por um indicador de rendimento.” (SOARES & XAVIER, 2013, p. 04). No final se atribui uma nota geral da escola. Enquanto que para ANDRADE (2010), as

escolas apresentam normais mas “A legitimidade educacional das creches implica a transformação de suas práticas institucionais e das concepções sobre sua função social, tanto por parte dos usuários de seus serviços como dos profissionais” (ANDRADE, 2010, p.26). assim sendo, quando a reconhece a criança não só pelo fato reprodução do que apresentado do ponto de vista do conteúdo porém a por meios pedagógicos deveria perceber as múltiplas atividades e criatividade das crianças.

Existe um planejamento de desenvolvimento na Educação Infantil do Brasil, na perspectiva de MOREIRA (2019, p.04), “Educação Infantil essas categorias políticas presentes nos documentos resultantes da Agenda E2030, nas Declarações de Incheon e de Buenos Aires erapossível identificar a forma como essas categorias se apresentam na política atual para a Educação Infantil.” Assim sendo, segundo PIOLLI (2010):

O aprimoramento técnico, a qualificação e a premiação na Política de Valorização do Magistério, combinadas com as formas de controle por meio de metas, índices, medições e avaliações do desempenho escolar são exemplo de práticas que estabelecem novos papéis, requisitos e demandas no âmbito da organização do trabalho. (PIOLLI, 2010, p.78).

A Educação Infantil do ponto de vista de organização pedagógica está atrelada ao currículo e formação das crianças, como afirma a autora, “Educação Infantil, mesmo permeada de contradições, caminhava para uma efetiva organização, na busca por uma expansão com qualidade a todos os bebês e crianças”. (MOREIRA, 2019, p.84).

Ao pensar a educação infantil no contexto do Brasil enquanto um paço institucional deve se ter em conta e em a compreensão das mulheres e crianças, “o desenvolvimento dessas instituições esteve atrelado ao desenvolvimento da vida urbana e industrial e ao agravamento das condições de vida de um contingente de pessoas, dentre elas mulheres e crianças.” (PIOLLI, 2010, p.128). Na perspectiva de PIOLLI, (2010), desde a concepção da Educação Infantil não há distanciamento entre a sociedade e a família mas, apresentam conexões, tanto a família com a sociedade bem como também a instituição de Educação Infantil.

2.3 Educação Infantil nas creches

A reformulação da educação infantil no que diz respeito à própria pedagogia, entende se que houve uma mudança significativa no contexto atual, em que não se limitam somente na reprodução do saber nas crianças. Desta feita, segundo ROCHA & LESSA (2016):

Pedagogia da Infância ou da Educação Infantil foi formulada a partir do reconhecimento do nascimento de uma área, ou subárea da Educação, que se vinha preocupando com instâncias educativas específicas, diferentes e anteriores à escola, mas não só. A acumulação destes estudos também apresentava uma marca

peculiar, ao tomar como objeto de preocupação a infância e os processos educativos voltados para ela, de forma diferente daquelas tradicionalmente consolidadas nas teorias educacionais, ou seja, contestando criticamente as Pedagogias da criança, cimentadas nas teorias educacionais liberais do século XX.” (ROCHA & LESSA, 2016, p.04)

O processo de ensino e aprendizagem comporta o processo cognitivo e pedagógico. De acordo com(BERNARDES (2009), existem dois elementos fundamentais na dimensão pedagógica. “pedagógica evidencia a necessidade de se levar em conta a dimensão psicológica presente na relação entre o ensino e a aprendizagem e a dimensão pedagógica presente na atividade orientada para o ensino por meio da ação intencional e consciente do educador.” (BERNARDES, 2009, p.03). A ausência da pedagogia e psicologia dificulta o exercício de ensino e aprendizagem de forma eficaz na educação.

Deste modo urge a necessidade da implementação no processo educacional, conjuntos de profissionais que prestam atendimento aos alunos na escola. Segundo SONZA & VILARONGA (2020):

Os NAPNEs (Núcleos de Atendimento/Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas) são proposições da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), por meio do Programa TECNEP (Tecnologia, Educação e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas). (SONZA & VILARONGA, 2020, p.04)

Diante desta perspectiva, os profissionais atuam nas escolas com um único objetivo, a garantia de uma educação de qualidade nas escolas. Assim sendo, DA SILVA & BOLSANELLO (2002), debruçam sobre a relevância do exercício do psicopedagogo na Pré-Escola, “trabalho psicopedagógico para crianças pequenas é um outro aspecto a ser considerado no cotidiano cuidar/educar das creches, pois é a partir da organização assumida pela instituição que consiste a materialização do atendimento das crianças.” (DA SILVA & BOLSANELLO, 2002, p.04). Deste modo, a concentração de ensino e aprendizagem de algumas crianças é favorável, a socialização na infância também serve como método de ensino e aprendizado para as crianças. “O aumento do contacto com a natureza pode ainda melhorar a forma como as crianças aprendem. A aprendizagem ao ar livre, através da experiência direta, torna o processo de ensino e de aprendizagem mais interessante.” (COELHO, 2015, p.03).

Ao passo na perspectiva de organização educacional e estrutura apresenta o direito à educação e a permanência da criança na escola. “a função socioeducativa da educação infantil envolve um compromisso com os direitos das crianças numa relação com os projetos educativos voltados para elas, incluindo sua participação e ação no processo de apropriação e

produção cultural.” (ROCHA & LESSA, 2016, p.07). Saindo assim, a socialização na Educação Infantil, requer em algumas ocasiões, que os pais e encarregados compartilhem vivências e experiências a creche, tal como afirma as autoras afirmam os “adultos e a alteridade da infância e exige ainda que eduquemos o nosso olhar, para rompermos com uma relação verticalizada, passando a constituir uma relação na qual adultos e crianças compartilham amplamente sua experiência de viver parte de suas vidas” (ROCHA & LESSA, 2016, p.09). Deste modo, a educação inclusiva, é uma elemento que apresenta sinais porém, ainda deixa a desejar na perspectiva de LAPLANE (2014), “a participação da população com necessidades especiais na educação infantil é ainda muito incipiente.” (LAPLANE, 2014, p.10).

A população torna-se omissa aos direitos de pessoas com deficiência ao passo que, teria uma força massiva da sociedade civil a apoiar essa causa. A inclusão na educação acaba por apresentar vários procedimentos, de acordo com a autora supracitada, sendo assim, algumas são da responsabilidade da escola e outras que não dependem da instituição escolar. No caso do Brasil, em 1970, sendo a data reforma educativa que do ponto de vista técnico e profissional, exige que os professores do infantil que fizessem o curso de pedagogia, “no curso de pedagogia; com a mesma formação, a professora e o professor de pré-escola, sendo que muitas vezes a trajetória desses profissionais se inicia na pré-escola para depois “progredir” nas primeiras séries do Ensino Fundamental, o antigo primário. (CAMPOS, 1999, p.09). Assim sendo, a sociologia da infância é contra a categorização de infância na perspectiva do senso comum.

A Sociologia da infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre *infância*, para significar a categoria social do tipo geracional, e *criança*, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social. (ANDRADE, 2010, p.53).

A educação inclusiva, é uma questão que apresenta sinais porém ainda deixa a desejar, na perspectiva de LAPLANE (2014, p.09), “a participação da população com necessidades especiais na educação infantil é ainda muito incipiente.” A população torna-se omissa aos direitos de pessoas com deficiência. Quanto a inclusão na educação acaba por apresentar vários procedimentos, alguns que são da responsabilidade da escola e outros não dependem da instituição escolar. Desde modo, na perspectiva socioeducacional, sobre o racismo na sociedade brasileira é uma temática que deveria abranger as crianças, segundo DIAS & REIS (2022):

A Educação para as Relações Étnico-raciais é também a produção de práticas que questionam os modos de fazer educação, sendo, portanto, imprescindível rever muito do que foi consolidado e naturalizado no fazer pedagógico da educação infantil e que superficialmente parece não ter relação direta com o racismo, mas que, quando examinado na perspectiva das normativas anunciadas anteriormente, constata-se que há tarefas a serem cumpridas para alcançarmos uma educação infantil livre de racismo, desde a creche.” (DIAS & REIS, 2022. p. 04).

As Relações Étnio-raciais, são temáticas fundamentais para os pedagogos. Existe uma necessidade dos professores de forma metodologia ensinarem desde a creche, sobre racismo e o preconceito as crianças. Pois que tem sido um fenômeno recorrente na socialização entre as crianças. Assim, as autoras afirmam o seguinte, “o racismo, que está espreado em toda a sociedade brasileira, adentra a formação inicial e segue na continuada, conformando, muitas vezes, um ciclo vicioso dentro dos processos educativos.” (DIAS & REIS, 2022, p.04).

3. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Com base nas leituras sociológicas na infância, nota-se que as escolas infantis a necessidade de ampliar os olhares e especificidades na socialização das crianças. Em minhas experiências no estágio, observei uma criança negra no recinto da escola correndo em direção a professora a dizer que o seu colega, dizia que o eu cabelo é feio. “As crianças aos 4 anos de idade já passaram por processos de subjetivação que as levaram a concepções já tão arraigadas no nosso imaginário e na realidade social sobre o branco e o negro.” (OLIVEIRA & ABRAMOWICZ, 2010, p.05).

A socialização de crianças com deficiências, o comum é o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, no qual essas crianças precisam se socializar, porém nem sempre é possível por conta da sensibilidade sonora. Em algumas escolas o espaço de livre para a recreação das crianças até certo ponto condiciona a brincadeira das crianças. Deste modo o processo de ensino e aprendizagem deve ser efetivado. Assim sendo, “contribuir não somente para a aquisição de conhecimentos sobre a infância e as atividades pedagógicas, mas também, para o desenvolvimento da sensibilidade do educador e do compromisso com a transformação da realidade educacional.” (LEITE FILHO, 2005, p.01).

O sistema educacional na infância poderia viabilizar e oportunizar aos pedagogos a formação raciais “questão racial aparece nesse espaço que acolhe crianças ainda tão pequenas e apresentam a necessidade de os educadores possuírem um saber específico para tratar da questão racial no ambiente escolar.” (OLIVEIRA & ABRAMOWICZ, 2010, p.06). O silenciamento de alguns pedagogos nas creches tem gerado fortes impactos nas relações sociais entre as crianças e de certa forma, condiciona a construção social.

Tal como afirma SILVA (2015):

“motivos o relacionamento entre os bebês e os pais ou as pessoas que lhes prestam cuidados primários é crucial para o desenvolvimento infantil. Assim, condições de restrição de estimulação ambiental podem limitar o potencial biológico da criança. Esta restrição pode estar relacionada à forma como os profissionais das creches e os familiares interagem com as crianças no cotidiano e como mediam o desenvolvimento infantil.” (SILVA,2015, p.10)

Segundo o projeto pedagógico de uma das creches do Maciço de Baturité foi possível analisar vários elementos “a urgência em integrar o cuidado e a educação, buscando dar continuidade à formação da criança em instituições diversas – como creches, pré-escolas, classes de alfabetização, centros de educação infantil,” (KISHIMOTO, 1999, p.02) A falta de professores qualificados no ramo da pedagogia é uma realidade quase impossível,

principalmente às crianças de dois anos de idade. “Estudos têm mostrado que a formação do professor da educação básica, nela incluída a pré-escola, deixa muito a desejar no Brasil O círculo vicioso "baixa remuneração – pouca qualificação" estabelecido” (KRAMER, 1994, p.11). A falta de professores qualificados no ramo da pedagogia é uma realidade quase impossível, principalmente às crianças de dois anos de idade. do ponto de vista das diretrizes na Educação Infantil o recomenda que tais profissionais tivessem formação específica.

Segundo PENTEADO & GUZZO (2010):

“as diretrizes da Secretaria Municipal da Educação apontavam para um caminho de mudanças efetivas no interior das escolas, pois consideravam como prioridade a educação como direito e a construção de um projeto pautado em uma escola participativa e democrática, com espaços coletivos instituídos para deliberações no âmbito da escola e onde as diversidades são respeitadas.” (PENTEADO & GUZZO, 2010, p.06).

O papel do psicopedagogo é também velar sobre a realidade desigual na escola. “uma Psicologia que se retrate apenas como neutra e técnica pode tratar dessa maneira questões que de fato, estão mais relacionadas ao quadro das desigualdades.” (CONCEIÇÃO e ZAMORA, 2015, p.03). deste modo a educação é definida “tendo em vista as concepções de educação analisadas, a gestão escolar e o próprio projeto político-pedagógico das escolas podem contribuir para o fortalecimento de uma ou outra concepção de educação PENTEADO & GUZZO (2010). A escola é um espaço de formação com um objetivo específico “a escola é um dos primeiros espaços de socialização e construção do conhecimento. Espera-se que ela propicie um ambiente de convivência acolhedor, livre de violência e um saber interessante.” (CONCEIÇÃO e ZAMORA, 2015, p.03).

CONCLUSÃO

As leituras dos projetos políticos pedagógicos permitiram o enriquecimento sobre a compreensão socioeducacional das crianças do Maciço de Baturité. Deste modo, a socialização e o protagonismo das crianças, são os elementos centrais na sociologia da infância.

Este artigo remonta sobre a concepção e trajetórias nas creches, no qual algumas crianças não tinham direito a Pré-Escolar. A infância é um tema pouco estudado pelos sociólogos, com efeito, adentrando ao processo educacional, motor e cognitivo e as múltiplas modalidades, ou seja, os meios que o pedagogo usa para estimular a criança. Nesse caso, a creche para algumas crianças passa a ser o primeiro lugar de socialização.

Em suma, o bullying e o preconceito são os dois elementos que atravessam algumas crianças negras já desde a educação infantil, ao passo que as crianças que sofrem com TDAH, muitas das vezes não conseguem permanecer entre as outras crianças pois elas são sensíveis ao barulho. Assim sendo, problemas como esses condicionam a socialização das crianças.

No que tange a Sociologia da Infância, e em meio a realidade atual em que os estudantes acessam os ambientes escolares principalmente os estagiários do curso de sociologia que atuam nas escolas municipais da pré-escola ou mesmo aos ensinos fundamentais, exigiria de uma disciplina que abordasse o olhar da realidade escolar das crianças dentro do campo sociológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, Anete. **Educação infantil e a escola fundamental de 9 anos. Olhar de professor**, v. 9, n. 2, p. 317-325, 2006.
- ABRAMOWICZ, Anete; LEVCOVITZ, Diana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Infâncias em educação infantil**. Pro-Posições, v. 20, p. 179-197, 2009.
- ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga. **Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância** (Childhood in the contemporary world: questions for the sociological studies of childhood). Crítica Educativa, v. 2, n. 2, p. 25-37, 2016.
- ALANEN, Leena. **Repensando a infância, com Bourdieu**. Revista NUPEM, v. 6, n. 11, p. 39-55, 2014.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional**. Educação e pesquisa, v. 39, n. 01, p. 177-194, 2013
- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. 2010.
- BAUER, Adriana. **Avaliação de Redes de Ensino e Gestão Educacional: aportes teóricos**. Educação & Realidade, v. 44, p. e77006, 2019.
- BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate**. Educação e Pesquisa, v. 41, p. 1367-1384, 2015.
- BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. **Ensino e aprendizagem como unidade dialética na atividade pedagógica**. Psicologia escolar e educacional, v. 13, p. 235-242, 2009.
- CAMPOS, Maria Malta. **A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate**. Educação & Sociedade, v. 20, p. 126-142, 1999.
- CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. **A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de pesquisa, v. 36, n. 127, p. 87-128, 2006.
- COELHO, Ana et al. **Oferta educativa outdoor como complemento de educação pré-escolar: os benefícios do contacto com a natureza**. Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación, n. 10, p. 111-117, 2015.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **“Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo”? Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas**

pertenças ao campo. Revista de @ntropologia da UFSCar, 8 (1), p.41-52, jan./jun. 2016.

CORRÊA, Bianca Cristina. **Considerações sobre qualidade na educação infantil.** Cadernos de Pesquisa, p. 85-112, 2003.

COSTA, Juliana Cristina. **Direito à educação, educação infantil, infância e criança: pressupostos filosóficos, movimentos, ideias e lutas políticas de integração da educação infantil ao Sistema Nacional de Educação.** 2018. Tese de Doutorado. [sn].

CRIANÇAS PEQUENAS NO CENÁRIO BRASILEIRO. Nuances: estudos sobre Educação, v. 25, n. 2, p. 270-290, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento?.** Nuances: estudos sobre Educação, v. 17, n. 18, 2010.

DA SILVA, Cristiane Ribeiro; BOLSANELLO, Maria Augusta. **No cotidiano das creches o cuidar e o educar caminham juntos.** Interação em Psicologia, v. 6, n. 1, 2002.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. **Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento.** Currículo sem fronteiras, v. 6, n. 1, p. 15-24, 2006.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. **Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento.** Currículo sem fronteiras, v. 6, n. 1, p. 15-24, 2006.

DIAS, Lucimar Rosa; REIS, Maria Clareth Gonçalves; DE JESUS DAMIÃO, Flávia. **Educação e relações étnico-raciais para e com bebês e crianças pequenas.** Debates em Educação, v. 14, p. 468-491, 2022.

DIAS, Marisa da Silva; SOUZA, Neusa Maria Marques de. **Contribuições para compreender a formação na licenciatura e na docência.** Educação em Revista, v. 33, 2017.

DO NASCIMENTO, Cláudia Terra; BRANCHER, Vantoir Roberto; DE OLIVEIRA, Valeska Fortes. **A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas.** Revista Contexto & Educação, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A internalização da exclusão.** Educação & Sociedade, v. 23, p. 299-325, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Raça e educação infantil: à procura de justiça.** Revista e-curriculum, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, 2019.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. **O conceito" socialização" caiu em desuso? Uma análise**

dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. Educação & Sociedade, v. 29, p. 33-54, 2008.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. **O conceito'' socialização'' caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead.** Educação & Sociedade, v. 29, p. 33-54, 2008.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola.** Cadernos Cedes, v. 34, p. 191-205, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** MARCONI, Marina, 1990.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. **Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica.** Educação & Sociedade, v. 26, p. 391-403, 2005.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. **Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica.** Educação & Sociedade, v. 26, p. 391-403, 2005.

MONTANDON, Cléopâtre. **Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa.** Cadernos de Pesquisa, p. 33-60, 2001.

MONTANDON, Cléopâtre. **Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa.** Cadernos de Pesquisa, p. 33-60, 2001.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas para educação infantil e a Agenda E2030 no Brasil.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 28, n. 54, p. 77-96, 2019.

MULLER, Juliana Costa et al. **Crianças na contemporaneidade: representações e usos das tecnologias móveis na educação infantil.** 2014.

PENTEADO, Thaís Carvalho Zanchetta; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador.** Psicologia & Sociedade, v. 22, p. 569-577, 2010

PINHEIRO, Geslani Cristina Grzyb; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Curso de Pedagogia: Formação do professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.** Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 2, n. 3, p. 136-151, 2010.

PIOLLI, Evaldo. **Identidade e Trabalho do Diretor de Escola: reconhecimento e sofrimento.** 2010. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

QVORTRUP, Jens. **A infância enquanto categoria estrutural.** Educação e pesquisa, v. 36, p. 631-644, 2010.

QVORTRUP, Jens. **A infância enquanto categoria estrutural**. Educação e pesquisa, v. 36, p. 631-644, 2010.

QVORTRUP, Jens. **Nove teses sobre a " infância como um fenômeno social"**. Proposições, v. 22, p. 199-211, 2011.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; RUBINI, Patrícia Silva. **Do Oiapoque ao Chuí-As escolas civis militarizadas: a experiência no extremo norte do Brasil e o neoconservadorismo da sociedade brasileira**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 3, p. 745-765, 2019.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; LESSA, Juliana Schumacker; SIMÃO, Márcia Buss. **Pedagogia da Infância: interlocuções disciplinares na pesquisa em Educação. Da investigação às práticas**, v. 6, p. 31-49, 2016.

Rodrigues, B. L. C., & Muanis, M. C. (2020). **A relação família e escola na educação infantil**. *Revista Contemporânea de Educação*, 15(33), 73-91.

RODRIGUES, Silvia Adriana; BORGES, Tammi Flavie Peres; DA SILVA, Anamaria Santana. **“COM OLHOS DE CRIANÇA”**: A METODOLOGIA DE PESQUISA COM ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. *Revista Humanidades*, v. 23, n. 2, p. 176-180, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche**. Cadernos de Pesquisa, n. 51, p. 73-79, 1984.

SANTIAGO, F.; DE FARIA, A. L. G. **Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso**. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 5, n. 13, p. 72–85, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5184>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceptuais e praxeológicos**. 2013.

SCHIRMANN, Jeisy Keli et al. **Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget**. In: VI Congresso Nacional de Educação. 2019.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; BOZZETTO, Adriana. **Notas provisórias sobre a noção de socialização: uma leitura em periódicos da educação (1998–2018)**. Educação & Sociedade, v. 41, p. e0227930, 2020.

SILVA, Jennifer Alejandra Suárez; BRAIDANTE, Mara Elisa Fortes. **Aprendizagem significativa: concepções na formação inicial de professores de Ciências**. Revista

Insignare Scientia-RIS, v. 1, n. 1, 2018.

SILVA, Luiz Henrique Gomes da; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky. **A obrigatoriedade da educação infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares.** Pro-Posições, v. 31, p. e20160069, 2020.

SILVA, Maria Abádia da. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira.** Cadernos Cedes, v. 23, p. 283-301, 2003.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **Educação, cidadania e agenciamentos formativos nas políticas culturais brasileiras.** Educação & Sociedade, v. 35, p. 397-415, 2014.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. **Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb.** Educação & Sociedade, v. 34, p. 903-923, 2013.

SONZA, Andréa Poletto; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Os NAPNEs e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação.** Revista Educação Especial, v. 36, p. 1-24, 2020.

SOUSA, Taísa Resende; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; SOUSA, José Vieira de. **A infância em foco: Estado, políticas públicas e educação.** Linhas Críticas, v. 20, n. 43, p. 643-663, 2014.

TORRES, Elisa Mariana. **A educação infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância. 2021.** Tese de Doutorado. [sn].

VIDAL, Eloísa Maia; MENEGHEL, Stela Maria; SPELLER, Paulo. **CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO MACIÇO DE BATURITÉ/CE:** reflexões sobre as políticas públicas de educação na região. Educação e território: contribuição para o debate na região do Maciço de Baturité, Ceará. Fortaleza: Liber Livro, p. 43-63, 2014.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos, v. 22, 147-155, 2018.